LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25462992/2022-DPF/ROO/MT

Processo nº 08532.000979/2022-33

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**COTAÇÃO ELETRÔNICA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS, com base no Art. 24, Inciso II da Lei de Licitações 8.666/93.

**Havendo qualquer divergência entre as descrições contidas no código CATMAT e o Termo de Referência, prevalecem as especificações do TR**

**1. OBJETO**

O presente Projeto Básico tem por objeto a aquisição de Nobreak Station II 1200va 6 tomadas BIVOLT para atender a DPF/ROO/MT.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **CATMAT** | **QUANTIDADE** | **UNITÁRIO** | **TOTAL** |
| **1** | Nobreak Station II 1200va 6 tomadas BIVOLT | 318896 | **15** | **R$ 963,17** | **14.447,55** |

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A parte elétrica de toda a delegacia de Rondonópolis é antiga, visto que o prédio que hoje é a delegacia, antes era o INSS, e desde então nunca houve uma reforma da rede elétrica, que viesse atender as necessidades da delegacia (A rede atual foi projetada para atender as necessidades do INSS, porém a delegacia tem mais servidores e a demanda de trabalho é maior). Por causa do estado ruim da fiação do prédio, essa passa por constantes oscilações de tensão e quedas, bem como já ocorreu curto-circuito em determinados pontos. O problema é tal que já foi pré-aprovado um projeto para reforma da parte elétrica da delegacia de Rondonópolis, conforme apresenta a PORTARIA N°22563295/2022 - SEC/GAB/SR/PF/MT, de 21/03/2022. Como a rede elétrica da delegacia é ruim, e devido a demanda crescente do uso constante de ar-condicionado pelos servidores, devido ao calor da cidade, há sempre picos de energia, quedas de fase, e por conseguinte é necessário a compra de nobreaks, visto que esses são usados não somente para proteção dos equipamentos ligados a ele, mas também para manter estes equipamentos funcionamento por um determinado período de tempo, caso falte energia no local. Logo, é necessário a aquisição, haja vista que vai promover uma proteção para os equipamentos que estão ligados na precária rede elétrica da delegacia, promovendo uma economia, pois há vários equipamentos caros ligados a rede. .

**3. JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO QUE CARACTERIZE A NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA;**

**Lei Complementar 123/2006:**

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Pelo princípio da economicidade a contratação por meio de uma licitação encareceria o processo e traria risco ao princípio da eficiência e da eficácia.

A aquisição é considerada de pequeno valor, podendo ser adquirida através de Dispensa de Licitação, com base no Inciso II, artigo 24 da Lei 8.666/93, considerando a necessidade, do produto, cujo estoque está findando.

A dispensa será de participação exclusiva de ME/EPP.

Assim, *salvo melhor juízo*, o meio mais eficiente e eficaz para o êxito dessa contratação seria através de dispensa de licitação, com base no **Inciso II, artigo 24 da Lei 8.666/93.**

**4. ELABORAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

O produto ofertado deverá ter as seguintes características:

NO-BREAK (para computador /impressora): Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Nobreak com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V. Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento, com garantia de 1 ano.

O material será entregue em uma única parcela.

**5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO/DISPENSA**

**5.1.** Não há necessidade de vistoria.

**6. RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR DO BEM OU EXECUTANTE DOS SERVIÇOS**

A contratação será com a Empresa que ofertar a menor proposta e contar com as certidões trabalhistas e fiscais regulares.

**7. ANEXAR PROPOSTAS ORIGINAIS E DEMAIS DOCUMENTOS QUANDO NECESSÁRIOS.**

A Empresa deverá anexar a proposta de preços e a documentação de habilitação exigida como: certidões negativas de débitos do INSS/Receita Federal e FGTS/CNDT, consultadas através dos sítios da Receita Federal, Caixa Econômica Federal e TST.

**8. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA**

O produto deverá ser entregue em até 15 dias após a empresa receber a Nota de Empenho. No prédio da Delegacia da Polícia Federal em Rondonópolis - localizado na Rua Sete de Setembro, 558 - Vila Birigui - CEP 78.705-010, Rondonópolis/MT, telefone (66) 3439-6224, no horário comercial.

**9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

NO-BREAK - 1200 VA

POTENCIA: 1200VA/600W.

TENSAO DE ENTRADA: 115V/220V BIVOLT AUTOMATICO.

TENSAO DE SAIDA: 115V.

FUNCAO MUTE. BOTAO LIGA/DESLIGA TEMPORIZADO.

RECARGA AUTOMATICA DAS BATERIAS.

ESTABILIZADOR INTERNO COM NO MINIMO 3 ESTAGIOS DE REGULACAO.

BATERIAS INTERNAS: MINIMO 1 BATERIA DE 12VDC/7AH .

QUANTIDADE DE TOMADAS: MINIMO 6 NO PADRAO NBR 14136.

PARTIDA A FRIO: PERMITE QUE O NOBREAK SEJA LIGADO NA AUSENCIA DE REDE ELETRICA.

PORTA FUSIVEL EXTERNO COM MINIMO DE UMA UNIDADE RESERVA.

TEMPO DE ACIONAMENTO DO INVERSOR: = 0,8 MS.

GABINETE EM PLÁSTICO ANTI-CHAMA

COM GARANTIA DE 12 MESES

**10. ESTIMATIVA DE CUSTO**

O valor total estimado para a contratação é de **R$ 14.447,55 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).**

**11. SANÇÕES**

**11.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**11.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**11.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**11.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**11.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**11.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**11.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**11.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**11.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**11.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**11.1.12.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5)

**11.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**A)** Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**B)** Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

**C)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**D)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**11.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**11.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**11.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

**12. INDICAÇÃO DOS RECURSOS PARA A COBERTURA DAS DESPESAS**

Gestão: 01

Fonte: 0100

Elemento de Despesa: 44.90.52

**13. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

*Mapa comparativo de preços (Orçamentos originais)*

Rondonópolis /MT, 18 de outubro de 2022.

**Nayron Henrique da Silva Lima Gonçalves**

Responsável pela demanda

***DE ACORDO***

**Otávio José Lima de Oliveira**

Chefe da DPF/ROO/MT

***AUTORIZO*** a aquisição que vem suprir uma necessidade da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT

**SÉRGIO MORI**

Superintendente Regional SR/PF/MT